

A NEGOCIAÇÃO PERSUASIVA PARA A ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS¹

Mônica Magalhães Cavalcante²

Mariza Angélica Paiva Brito³

Maria Eduarda Giering⁴

Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto⁵

Resumo: Temos reivindicado que uma análise argumentativa deve considerar não somente aspectos lexicais (morfossemânticos) e gramaticais, mas também parâmetros que concernem ao texto – um enunciado com começo, meio e fim, que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto. A Linguística Textual muito tem a contribuir para a descrição e a análise das estratégias de organização textual de que pode se valer o locutor para a negociação persuasiva em diferentes modalidades argumentativas. Este trabalho assume, com Amossy (2017), uma noção estendida de persuasão, que compreende dois tipos de retórica argumentativa: uma da ordem do consenso – uma “retórica do acordo”; outra da ordem do dissenso – uma “retórica do desacordo, da polêmica no espaço público”. Pleiteamos, assim, que se possa utilizar o termo *persuadir* no sentido de *negociação persuasiva*. *Argumentar* seria, assim, uma negociação persuasiva na tentativa de influência, de pôr em ação uma série de estratégias, dentre elas as textuais, para negociar, em uma determinada interação, certos pontos de vista, a partir dos quais se tenta influenciar o outro.

Palavras-chave: Argumentação. Persuasão. Texto. Discurso.

Abstract: We have been claiming that an argumentative analysis must consider not only lexical (morphosemantic) and grammatical aspects, but also parameters concerning the text – an utterance with a beginning, middle and end, which happens as a singular event, building a unit of communication and meaning in context. Text Linguistics has a lot to contribute for the description and the analysis of the strategies of text organization available for the speaker’s persuasive negotiation in different argumentative modalities. The present work assumes, along with Amossy (2017), a wider notion of persuasion, comprised of two types of argumentative rhetoric: one at the domain of the consensus – a “rhetoric of the agreement”; the other at the domain of the dissensus - a “rhetoric of the disagreement, of polemics in the public space”. Thus, we assert that the term *to persuade* may be used with the meaning of *persuasive negotiation*. Thus, *arguing* would be a persuasive negotiation aimed at influence, at applying a series of strategies, among which the textual ones, in order to negotiate, within a specific interaction, certain points of view, from which one person tries to influence the other.

Keywords: Argumentation. Persuasion. Text. Discourse.

¹ Este artigo resulta das discussões fundamentais empreendidas por membros do grupo de pesquisa Prottexto, dentre os quais Francisca Tarciclê Pontes Rodrigues (IFCE), Antenor Teixeira de Almeida Júnior (FGF), Janaica Gomes Matos (UESPI), Sávio André Cavalcante (IFCE), Isabel Muniz Lima, Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE), Rafael Lima de Oliveira, José Elderson de Souza Santos, Carlos Eduardo Pinheiro, Geana Barbosa da Silveira, Mayara Arruda Martins, Bárbara Jéssica dos Santos Amaral, Eduardo Carvalho de Almeida, Dálete de Castro Braga Costa, Joeliza Maria Sousa Colares e Jefferson Gomes Fernandes.

² Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. monicamc02@gmail.com

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil. marizabrito02@gmail.com

⁴ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil. eduardajg@gmail.com

⁵ Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. rpinto@fcsh.unl.pt

Introdução

A Análise da Argumentação nos Discursos propõe um estudo de como os arrazoados em torno de uma questão social profunda são expressos nos textos, a partir dos quais é possível perceber os jogos de influência mútua. Por isso afirma a autora que esta perspectiva aborda, sobretudo, a negociação da persuasão e não se restringe a analisar como se exerce uma influência sobre o auditório. Amossy examina, dessa forma, como se dão as interações em busca da persuasão e sugere que o fazer argumentativo possa ser descrito segundo modalidades diversas e em quadros institucionais diferentes. As modalidades argumentativas se apresentariam como num *continuum*, que iria desde a coconstrução de respostas até o choque de teses antagônicas. Dentre as diferentes modalidades de argumentação sugeridas por Amossy, situa-se a modalidade polêmica, como um modo de gestão do conflito, um conjunto de intervenções antagônicas sobre uma questão social irresolvível.

Propomos, neste ponto de nossa pesquisa, três possibilidades de emergência da modalidade polêmica no espaço público virtual, ao examinarmos comentários de notícias ou reportagens veiculadas na mídia eletrônica.

Os tipos de interação e os gêneros convocados para a atualização das questões polêmicas influenciam decisivamente na maneira como pontos de vista antagônicos são gerenciados e no modo como o debate agonístico apela ou não para a violência (não necessariamente verbal) na tentativa de desacreditar o outro.

A dimensão argumentativa de todo texto

É por acreditarmos que um texto é sempre pragmática e discursivamente motivado por uma orientação argumentativa que dizemos que os textos são todos argumentativos, em diferentes graus. Esta visão se pauta por Bakhtin, quando advoga que nenhum texto é neutro e que o próprio signo é ideológico. Um locutor só enuncia em relação a crenças e valores de uma sociedade, a partir dos quais ele se coloca. É por isso que todo texto supõe pontos de vista, em função dos quais estratégias argumentativas são negociadas.

Considerar que todo discurso é argumentativo e que ocorre negociações na interação, nos leva a observar igualmente os postulados de Jean-Blaise Grize, para quem a linguagem humana, a partir do que ele denomina de “lógica natural”, diferentemente da lógica formal, está relacionada necessariamente à situação na qual os interlocutores estão inseridos, sendo, portanto, uma lógica de caráter restrito e localizado. Se a lógica formal remete a um sistema

hipotético-dedutivo abstrato, que dispensa toda situação concreta, a lógica natural⁶ pressupõe interlocutores imersos num tempo e espaço, inseridos num contexto histórico e cultural, de acordo com pressupostos bakhtinianos. Para Grize, disso decorre que todo discurso em linguagem natural é argumentativo e concebido numa dimensão social.

Não convergimos inteiramente para a lógica natural de Grize (1990), porque não nos concentramos nas formas de argumentos, mas dela nos aproximamos, em certa medida, sob o ponto de vista da abordagem retórica da lógica natural, pela ênfase dada aos aspectos situacionais (contextuais e referenciais) da argumentação.

Precisamos considerar que a lógica natural é uma lógica de verossimilhança, já que os argumentos devem levar em conta a eficiência e não o conhecimento da verdade. O locutor pode expor os fatos sem necessidade de os explicar ou de oferecer provas e, muitas vezes, o objeto é revelado por meio de um sistema de valores de determinada sociedade, numa determinada época, que os considera válidos e justificados. A lógica natural é compreendida por Grize como uma lógica de sujeitos e de objetos. É lógica de sujeitos, pois, afirma ele, “é de natureza essencialmente dialógica” (GRIZE, 1990, p. 23), implicando a existência de pelo menos dois sujeitos em situação de interlocução e de comunicação, ou seja, um contexto social. É uma lógica de objetos, já que “a atividade do discurso serve para construir objetos de pensamento que se servirão de referentes comuns aos interlocutores” (GRIZE, 1990, p.24). A lógica natural descreve as operações de pensamento de que se utilizam para construir e organizar os conteúdos e que, por sua vez, permitem encontrar as marcas do sujeito nos discursos.

Como a atividade discursiva é sempre construída para um interlocutor situado, na perspectiva da lógica natural, a argumentação passa a ser definida como um processo de esquematização, ou seja, de representação discursiva.

A esquematização conduz à ideia de uma produção essencialmente dialógica, seguindo postulados bakhtinianos: a construção do sentido se realiza na interação comunicativa por meio das esquematizações discursivas elaboradas pelo sujeito a partir de representações portadoras de raciocínios.

⁶ Podemos dizer que nos distanciamos da Lógica Natural de Grize quanto ao aspecto lógico-discursivo e que nos aproximamos quanto ao aspecto retórico. Esse distanciamento se deve ao fato de não usarmos a lógica como dedução formal, nem tentamos descrever a “lógica” do discurso argumentativo ordinário de um modo não-normativo, “naturalista”. Mas nos aproximamos pelo fato de ela ser dialógica, por considerar a situação comunicativa na qual a argumentação é apresentada, na medida em que cada discurso argumentativo é visto como uma proposta feita por um locutor a um interlocutor em uma situação comunicativa específica.

Assim considerando, Grize introduz a noção de *pré-construídos culturais*, pois uma esquematização se serve de termos da língua na qual ela é produzida. Os pré-construídos culturais são, assim, concebidos pelo autor como “um depósito que as representações deixam na língua. Basicamente, trata-se do aspecto linguageiro das representações sociais” (1993, p. 3). Um locutor constrói uma representação discursiva (ou uma esquematização) em função das representações que possui, de pré-construídos culturais em que embasa seus raciocínios e da finalidade que busca alcançar com seu discurso. Por outro lado, o interlocutor, também em função de suas representações, seus pré-construídos e de sua finalidade, reconstrói a esquematização que lhe é proposta. A reconstrução do interlocutor nunca será idêntica à construção do locutor, mas análoga, na medida que cada indivíduo é único. Adverte Grize (1993), que, embora ocorra essa coconstrução de locutor-interlocutor, é preciso atentar para o fato de que é o locutor que fala. Dessa forma, ele dirige seu discurso de tal forma que apareçam objetos que vêm ao encontro de seu projeto, os quais permitem certas inferências e impedem outras.

Vidrio (2017), ao tratar do postulado de Grize (1990) sobre os pré-construídos culturais como saberes nos quais se funda todo discurso, observa que eles têm como elemento-chave o lugar comum e intervêm no processo necessário para produzir um discurso. Comenta a autora que “os pré-construídos culturais são saberes, matrizes culturais de interpretação, através das quais se pode entender muitas expressões que resumem ou repercutem de um sujeito a outro, fundando uma espécie de memória coletiva” (VIDRIO, 2017, p. 140).

A esquematização se origina da atividade criativa de falar ou escrever, afirma Grize (1990, p.36), e implica um processo e um resultado. Um processo, pois “é uma organização particular de signos, criadora de sentido, endereçada a um interlocutor”; um resultado, pois se trata da apresentação de um microuniverso, uma síntese cognitiva dotada de globalidade, coerência, constância e estabilidade.

Considerando essa dupla característica da esquematização apontada por Grize, Adam (2005) a relaciona à enunciação e ao enunciado. Para Adam (2004), definir o objeto de análise do discurso como uma esquematização discursiva reúne, em um mesmo termo, aquilo que a enunciação (processo) e o enunciado (produto) separam e que os conceitos de texto e discurso não comportam. Dessa forma, a esquematização teria uma dupla face: textual e discursiva.

Convocando o postulado bakhtiniano de que todo texto é inseparável de uma memória intertextual/interdiscursiva, Adam (1999) considera que toda esquematização é igualmente um processo “interno” ou contextual.

Podemos, assim, reivindicar que todo texto, pelo qual é responsável um locutor em dado papel social, busca um certo modo de atingir um interlocutor em outro papel social e, que, em vista dessa negociação de estratégias persuasivas, quer seja no acordo, quer seja no desacordo, todo texto é argumentativamente direcionado.

Amossy (2011, p. 130) entende que argumentação é “A tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário” ou a tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também de manifestar certos modos de se colocar/ser argumentativo ou persuasivo envolveria uma tentativa de elaborar diferentes tipos de estratégia ou estratagemas pelo uso de recursos lexicais e avaliativos, referenciais, intertextuais, composicionais e coesivos, genéricos, polifônicos etc., para negociar com o interlocutor e o terceiro algum tipo de influência sobre eles.

Por esse raciocínio, podemos afirmar que persuadir não se limita a uma possibilidade de influência sobre o outro. Influência e persuasão são, como o afirma Charaudeau (2015), noções complementares, porém não equivalentes. É próprio de toda interação supor uma busca de influência do locutor sobre o interlocutor, mas também sobre um possível terceiro – como acrescenta Amossy.

Admitindo o traço constitutivo de que existe uma busca de influência em todas as interações, Charaudeau (2015) reitera o pressuposto de que a influência é um processo geral de tentativa de modificação da ação e do pensamento de um ou mais destinatários. O objeto da análise semiolinguística de Charaudeau são os discursos e o poder de influência de um sujeito sobre o outro.

Se a busca de influência é uma espécie de condição do contrato de comunicação, a persuasão, por sua vez, envolve o próprio conjunto das diversas estratégias efetivadas pelo locutor para, negociando de algum modo com o interlocutor e com o terceiro, construir a dimensão argumentativa do texto. A persuasão é um ato languageiro, por isso não é o mesmo que influência. E todo ato languageiro, de um ponto de vista sociodiscursivo, supõe um sujeito não totalmente sobredeterminado por posicionamentos discursivos de uma sociedade.

Um analista do texto não pode restringir-se ao exame dos efeitos intencionalmente visados pelo locutor para seu projeto de dizer. Estando no centro dos processos de persuasão, o sujeito do ato de linguagem deve ser visto sempre como tendo uma dupla identidade: “uma identidade psicossocial, dada por seu estatuto de sujeito em uma determinada situação”, o que o define como “sujeito comunicante”; e uma identidade discursiva de “sujeito enunciador” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129).

Os efeitos visados pertencem ao sujeito comunicante ou locutor, e nascem de sua intencionalidade, e os efeitos produzidos pertencem ao sujeito receptor. Entre os dois efeitos, estão no texto os efeitos possíveis. Por isso compete ao analista tratar “dos sentidos possíveis, de acordo com as hipóteses que ele pode fazer em relação à identidade e ao estatuto dos participantes” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129). O locutor precisa levar em conta essas restrições e instruções do contrato comunicativo, além das especificidades dos gêneros, se quiser que seu dizer seja legitimado e compreendido.

É por essa razão que sustentamos, com Charaudeau e Amossy, que o locutor, para a Linguística Textual, é um sujeito estratégico, ainda que clivado. Essa visão justifica “as ações estratégicas dos dois participantes, cada um tentando se impor ao outro, e construindo um *ethos*, cada um buscando fazer o outro se identificar com ele” (CHARAUDEAU, 2015, p. 128-129).

A proposta de Ruth Amossy, em sua análise da argumentação nos discursos, com a qual nos alinhamos, consiste exatamente em analisar os investimentos em estratégias persuasivas para a complexa negociação argumentativa em diferentes modalidades. É esse empenho em reconstruir a dinâmica das estratégias persuasivas (como atos languageiros) em textos perpassados por embates discursivos que diferencia a análise da argumentação nos discursos, de Amossy, da semiolinguística charaudiana, como atesta a citação abaixo:

Vemos como as perspectivas da problemática da influência estudada por Charaudeau, e as da argumentação no discurso tal como eu tenho tentado desenvolver (Amossy, 2010[2000]) convergem e divergem ao mesmo tempo. No caso de Charaudeau, é a inserção em uma problemática da influência que justifica a conjunção da AD e da argumentação. Seu estudo combinado permite separar os jogos de força e pôr acento na relação do discurso com o poder. O empreendimento de persuasão como fazer-criar deve assegurar um domínio sobre o outro, e compete ao analista pôr a nu o processo desse empreendimento. (...) No caso da argumentação no discurso, fundada na (nova) retórica e situada numa perspectiva decididamente dialógica, a argumentação está no coração do discurso, em que ele é tanto abertura para o outro quanto tentativa de chegar com ele a um acordo, ainda que imperfeito e provisório, sobre o razoável. (AMOSSY, 2015, p. 60 – tradução nossa)

Essa concepção é bastante apropriada para o fazer da Linguística Textual porque é capaz de abarcar os mais variados textos, não somente aqueles que envolvem uma questão social, nem somente aqueles que retratam uma polêmica no espaço público. Todo texto comporta, para nós, o que Amossy chama de *dimensão argumentativa*.

Nossa visão de argumentação também adere à tese de Pinto (2010), para quem só argumentamos por meio de gêneros, por mecanismos argumentativos explícitos e implícitos utilizados nos textos. Para a autora, esses mecanismos podem ser estudados através de recursos

verbais e não-verbais (*e suas diversas formas de integração*) que interagem dinamicamente entre si com aspectos contextuais.

Com efeito, os arranjos composicionais e linguísticos convocados para o direcionamento argumentativo submetem-se, em alguma medida, a certos padrões discursivos do gênero, mais ou menos prováveis em dada interação. O gênero pode, por vezes, ditar as modalidades de apelo às emoções, sua intensidade, a legitimidade dos dizeres, até o modo como algumas relações intertextuais são marcadas e referidas. Citar, por exemplo, uma frase de um filósofo mundialmente conhecido ou de um escritor renomado pode constituir um importante argumento de autoridade em uma redação de concurso, mas pode surtir um efeito completamente diverso numa conversa casual entre amigos, por soar como ostentação. Uma tese central defendida em um artigo de pesquisa precisa ser comprovada por dados teóricos (por vezes, empíricos) consistentes, em discurso claro, objetivo e preciso, menos afeito às emoções, mas já de uma proposição defendida em um artigo de opinião não se exige o mesmo estofamento teórico, nem tantas evidências comprobatórias.

Assim, práticas sociais e discursivas mais ou menos estabilizadas dos gêneros e das interações orientam os participantes do contrato comunicativo quanto a uma expectativa sobre a distribuição dos papéis sociais do locutor, do interlocutor e dos participantes indiretos no enquadramento contextual em que transcorre a interação. A legitimidade do locutor, sua posição social e institucional e sua reputação desempenham uma importante função na interação argumentativa, daí a estreita relação que a autora estabelece entre *ethos* e gênero. Cada vez que o locutor toma a palavra, tenta fazer os outros construírem uma imagem dele que seja favorável a seu projeto de dizer. Essa imagem, que pode ou não ser efetivamente construída pelos outros, é o *ethos*. Para ser coerente com sua proposta teórica e metodológica, Amossy articula a retórica (clássica e nova) com a análise do discurso e associa o que Maingueneau denomina de *ethos* efetivo (pré-discursivo, dito e mostrado) com aspectos das cenas enunciativas, dentre elas a cena genérica, isto é, às práticas discursivas dos gêneros.

As estratégias de persuasão também incluem a mobilização do *pathos*, o que significa que, sendo estratégico, o recurso à emoção suscitada no outro é uma atitude racional e pode resultar em efeitos decisivos nas tentativas de influência. Como pontua Oliveira (2019), o *pathos* pode ser interpretado como afeto, emoção, sentimento, paixão, e figura ao lado de outros dois elementos, o *ethos* e o *logos*. O *ethos* é entendido, de modo geral, como a imagem que o locutor constrói de si na interação, e o *logos* é a organização do argumento, a construção lógica do raciocínio, ou, segundo Amossy (2018), as estratégias persuasivas em diferentes modos de argumentar.

As modalidades argumentativas

Amossy (2008) reconhece que o planejamento de cada argumentação no texto depende também da estrutura de interação global na qual se realiza a ação de persuasão. Cada texto tem sua forma particular de expressar pontos de vista. Alguns tipos de interação podem condicionar, portanto, certos modos de argumentar – a essas regularidades, Amossy chama de *modalidades argumentativas*. Segundo Macedo (2018, p. 53) as modalidades argumentativas podem ser distinguidas tendo em vista: “i) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo; ii) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) o modo como o interlocutor é concebido”.

Em vista disso, a concepção de argumentação de Amossy (2008) é modular, varia num *continuum*, desde textos coconstruídos em diálogo para chegar a um acordo, até textos que supõem um desacordo profundo por lidarem com teses antagônicas discutidas no espaço público – um lugar democrático onde o dissenso se atualiza de vez em quando.

Colocar-se diante da *doxa* em dado meio social e dos saberes e valores ali compartilhados é pender para um ponto de vista, quer seja ele assumido, quer seja imputado a outrem. Todo texto comporta pontos de vista, mas nem todo texto constrói uma tese, a não ser aqueles que se organizam por sequência argumentativa dominante, conforme Adam (2017).

Aos textos que se organizam por sequência argumentativa dominante, chamamos textos de *visada argumentativa*, por inspiração em Amossy. Os textos de visada argumentativa são composicionalmente arranjados em torno de uma tese, como a que se encontra nos artigos de opinião, nos editoriais, nos artigos acadêmicos, nos ensaios jornalísticos e acadêmicos etc.; os demais textos, que não tiverem visada argumentativa, apresentam apenas o que Amossy (2011) chama de *dimensão argumentativa*.

Nessa escalaridade de modos diferentes de argumentar, Amossy (2017) apresenta algumas possíveis *modalidades argumentativas*: demonstrativa, pedagógica, patêmica, por coconstrução, negociada e polêmica.

Segundo Amossy, na *modalidade demonstrativa*, “uma tese é apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou poligerido, a um auditório cuja adesão ele quer obter por meio da demonstração razoável, do raciocínio articulado apoiado em provas” (AMOSSY, 2008, p.2). Um exemplo prototípico disso é a redação escolar que estiver nos moldes do que exigem os concursos vestibulares.

Amossy observa que esta é a modalidade mais notadamente reconhecida como “argumentativa”, porque apresenta uma tese central, a qual se espera que seja ancorada pelo locutor em um arrazoado convincente. A distinção entre as modalidades argumentativas parece-

nos fundada em dados padrões de interação, para as quais se prevê uma certa maneira de conduzir a comunicação para influenciar o outro.

A *modalidade argumentativa pedagógica* acontece quando “um locutor se coloca em posição superior e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz” (AMOSSY, 2008, p. 234) ou por interações poligeridas, como nas aulas, ou pela troca verbal monogerida, como nos livros didáticos, no romance, na reportagem etc.

Como dissemos, de acordo com Amossy (2008), o que determina a distinção entre as modalidades argumentativas é o tipo de papel social que os interlocutores desempenham, a imagem que fazem um do outro e o modo como o locutor tenta persuadir o interlocutor, se colaborativo, se instrutivo, se racional, se apaixonado etc. O modo pedagógico, por exemplo, é mais educativo, desenvolve-se por uma interação mais colaborativa e respeitosa, e os papéis sociais dos interlocutores estão numa relação de poder diferenciada.

Já o que Amossy chama de modalidade patêmica se dá “quando uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo, de modo a ‘tocar’ o auditório, para obter sua adesão” (AMOSSY, 2008, p. 234). Isso acontece quando o locutor apela para os sentimentos do interlocutor, como em gêneros no discurso de apelo à ajuda humanitária, em certos poemas, em declarações de amor. Muitos gêneros que o senso comum chama de “textos de autoajuda” podem servir de exemplo de modalidade argumentativa patêmica. Esse apelo à sensibilização, muito próprio da modalidade patêmica, encontra-se também em muitos poemas de amor:

(1)

A estrela
Vi uma estrela tão alta,
Vi uma estrela tão fria!
Vi uma estrela luzindo
Na minha vida vazia.
Era uma estrela tão alta!
Era uma estrela tão fria!
Era uma estrela sozinha
Luzindo no fim do dia.
Por que da sua distância
Para a minha companhia
Não baixava aquela estrela?
Por que tão alto luzia?
E ouvi-a na sombra funda
Responder que assim fazia
Para dar uma esperança
Mais triste ao fim do meu dia.

BANDEIRA, Manuel. A estrela. In: Estrela da vida inteira: poesias reunidas. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 164.

Observe-se, principalmente, como a construção referencial no poema em foco colabora para a expressão de tristeza pelo amor inalcançável do sujeito encenado como locutor: o contraste entre a altivez da estrela e a condição inferior de solidão e sofrimento são confirmados e acrescidos, ao longo do texto, por expressões referenciais reforçadas por intensificadores. Esse jogo contrastivo desperta emoção no leitor, estimulando-lhe a comiseração.

Na *modalidade argumentativa por coconstrução*, “os participantes coconstroem a resposta para o problema levantado em conjunto” (AMOSSY, 2008, p. 234), como na conversa familiar, numa reunião profissional, ou outro debate em que se tente resolver um problema em conjunto.

(2)

Figura 1: Armandinho, de Alexandre Beck (28/10/2018)



Disponível em: <https://www.descomplicandoavida.com.br/> - Acesso em 29/06/2019.

Diferentemente da coconstrução, a *modalidade argumentativa negociada* se estabelece num quadro interacional de divergência de pontos de vista quando os participantes, que sustentam posições divergentes, debatem sobre um problema que os divide, mas para o qual estão dispostos a conseguir um acordo, por meio de uma negociação das divergências, como nas audiências de conciliação, nas interações comerciais, nas assembleias para troca de coordenadores...; “os parceiros que ocupam posições divergentes, e mesmo conflituosas, se esforçam para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e para chegar a um consenso através do compromisso” (AMOSSY, 2008, p. 235). Um exemplo prototípico seria a negociação em audiências de conciliação, em que, necessariamente, os parceiros da comunicação devem chegar a algum tipo de acordo, nem que seja o de procrastinar a possível

solução. O modo como as partes disputam o poder de estar com a razão em algum tipo de conflito talvez seja o aspecto mais característico dessa modalidade.

Por fim, a modalidade polêmica, ao contrário das demais modalidades, que visam alcançar alguma espécie de consenso, representa a confrontação violenta de teses antagônicas, quando um locutor no papel social de proponente de um posicionamento discursivo se mostra radicalmente contra o interlocutor, a quem ele considera como oponente, por defender um ponto de vista contrário ao seu. Quando uma questão social polêmica atualiza, em dada interação no espaço público, a dicotomização de discursos opostos, os participantes da comunicação se colocam em polos radicalmente contrários, cada um buscando desacreditar seu opositor, mas também tentando atingir o terceiro, que acompanha a interação a distância.

Algumas observações se colocam a essa distribuição dos diferentes modos de argumentar. Amossy tenta relacioná-las a gêneros do discurso, mas isso não parece ser o bastante para diferenciá-las e aproximá-las. O primeiro ponto a assinalar é que, das seis modalidades, só a última é da ordem do dissenso; as demais buscam todas um acordo. O segundo ponto é que as três primeiras podem se manifestar em interações monogeridas ou poligeridas; as modalidades negociada e de coconstrução parecem ser sempre poligeridas. O terceiro é que, ao contrário das demais, a polêmica não acontece num único texto, mas em relações intertextuais.

Todos esses traços repercutem sobre o principal aspecto que Amossy quer salientar na modalidade argumentativa polêmica: as diversas maneiras de exercer influência mais sobre o terceiro do que sobre o interlocutor, a quem o locutor sabe que não conseguirá persuadir.

Por meio da exemplificação por textos monogeridos e poligeridos, Amossy (2017) caracteriza a polêmica como uma modalidade argumentativa do inconciliável, enfatizando que é exatamente esse debate irresolúvel que chama de “retórica do dissenso”. Amossy (2017, p. 99) acrescenta que a polêmica “não deixa de persuadir; mas é sempre o Terceiro que é levado a aderir ao ponto de vista, e não o adversário”.

Uma interação pela modalidade polêmica pode ter propósitos diversos, pode servir para denunciar, protestar, chamar à ação e, sempre, para manter o dissenso na comunicação em espaço público. Embora não seja um traço definatório da modalidade polêmica o apelo às emoções, ou seja, o recurso ao pathos, está sempre presente nas interações dessa natureza. Os três traços que definem a modalidade polêmica, segundo Amossy (2017), são a dicotomização, a polarização e o descrédito lançado sobre o outro – a emoção está na origem de todos eles.

São o afeto e o julgamento de valores e de crenças que levam os sujeitos à indignação, um sentimento universal (mas condizente com cada cultura em dado tempo e espaço) que

desencadeia as manifestações de posicionamentos dicotômicos na modalidade polêmica. Razão e emoção não se excluem, nem se complementam, mas se interpenetram, são provocadas uma pela outra, em dosagens variáveis de combinação. Amossy (2017) explica que a modalidade argumentativa polêmica se assenta em blocos de argumentos culturalmente conhecidos. Quando a polêmica se atualiza em espaço público, esses conjuntos de argumentos são retomados, mas o modo como eles são mobilizados e arranjados em cada texto e na relação entre textos depende de uma série de fatores ligados ao contrato comunicativo estabelecido no momento e à escolha dos gêneros, além das formas composicionais que eles podem comportar.

Há, de fato, inúmeras ocorrências em que a divergência radical de opiniões leva à instauração de uma polêmica. Isso não significa que a polêmica não comporte uma argumentação organizada em torno de um arrazoado de argumentos. Ao contrário, as posições antagônicas são razoáveis, em conformidade com as regras de raciocínio da retórica.

A polêmica como uma encenação

Nossos dados nos conduziram à constatação de que a atualização da modalidade argumentativa polêmica ocorre, necessariamente, em relações intertextuais, ainda que polarizadas dentro de um único texto, em que um único locutor gerencia as vozes de discursos dicotômicos reportados. Identificamos, até o momento, três situações intertextuais em que a modalidade polêmica pode acontecer.

A primeira forma de atualizar a polêmica no espaço público se dá quando o próprio texto de um dado gênero, como a charge, refere-se indiretamente, ou alude, a uma situação/fato atual (já tratada em notícias, reportagens, editoriais etc.) que provavelmente vai disparar reações em outros textos. É bastante provável que, a partir desse texto, que toca em uma questão social passível de dissenso, a polêmica seja confirmada em outros textos. Vemos isso nos vários comentários dos internautas em que foi criada uma polarização de lados a partir da dicotomização de discursos que foi atualizada nos textos. Para nós, a modalidade polêmica só pode ser considerada “efêmera” se analisada no nível do texto, uma vez que os discursos só existem por oposição a outros.

(3)

Figura 2: A charge da condenação de Lula na vida real, de Gilberto Maringoni (16/06/2017)



Disponível em: *Gilberto Maringoni* - <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/charge-da-condenacao-de-lula-na-vida-real-por-gilberto-maringoni/> - Acesso em 16 de julho de 2017.

Ao ser utilizada para atualizar uma dicotomização polêmica, a charge prevê que desencadeará comentários e diversos tipos de reações dos internautas, como o comprova a conversa desenvolvida por locutores polarizados nos papéis sociais de proponentes e oponentes, tentando, cada um no seu estilo, desqualificar a opinião do outro, ou a pessoa do outro:

(4)

COMENTÁRIOS

- E. - Ora, LULA pode ser condenado, multado e excomungado... ainda assim votarei nele. Mil vez se necessário for.
- L. G. - E. Vota! Vc tb contrataria alguém condenado por roubo pra trabalhar em sua casa ? Coloque sua mão no fogo por vc mesmo! Não seja ingênuo de confiar em político. Nem se vc for um deles. Mas se vc tiver levando alguma coisa pode ser que eu te entenda o motivo de vc votar na Lula.
- F. H. E. - Mesmo que digam que ele é o líder do Estado Islâmico, eu votarei nele. Quanto mais essas "publicações jornalísticas" batem nele, mais vontade me dá de votar nele.
- D.H.R.P. - Vc votou em quem, L. Rabujenta?! Se votou nulo, vc mostra o qto é analfabeta política, pois não existe vácuo de poder. Não votar em Lula, é permitir que os bandidos tomem conta do Brasil completamente a serviço dos banqueiros, governo americano e empresas estrangeiras.
- L. G. - E o correto é acreditar na globo né???
- C. M. - Brasil, urgente! Lula presidente!
- G. L. C. M. - E sua tia vai desfilar na Mangueira.
- G. L. C. M. - O verme só será presidente no dia 32, ou até no dia 30.02. Se prepare para procurar emprego, seu filho da puta! E não vai encontrar, pois não existem mais petistas inteligentes. Os inteligentes já reconheceram o erro antes mesmo da reeleição do verme maldito!

Para Amossy (2017), a polêmica trata de questões de interesse público, é uma administração verbal do conflituoso caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca de um acordo. Convém considerar também a natureza agressiva dessa dicotomização. Vemos isso nesse excerto que explicita claramente a polarização dos internautas quanto a uma dicotomização política. De um lado, temos o internauta G. L. C. M., já se referindo a Lula como “verme” e partindo para o ataque verbal violento ao outro, utilizando-se de palavrões para formalizar a dêixis social a que recorre. De outro, temos o internauta D.H.R.P., também se dirigindo pessoal à interlocutora com violência verbal, chamando-a de “L. Rabujenta” e recategorizando-a como “analfabeta política”. Os internautas assumem pontos de vista diferentes nessa polarização em que tentam persuadir o terceiro, que a tudo observa em silêncio. G.L.C.M é contra a esquerda e sua política, enquanto D.H.R.P é a favor do seu líder maior de seu partido político.

Na segunda maneira de disparar a polêmica no espaço público, temos a situação em que uma notícia, por exemplo, ou uma nota jornalística, ou uma reportagem, apenas informa algo, ou discute, sem nem mencionar nada de polêmico. Só depois, em outros textos, haverá uma espécie de montagem teatral da polêmica. A reportagem a seguir, a despeito do fato de tratar de uma temática polêmica em si mesma, que é a questão do suicídio, não problematiza a conhecida polêmica de o indivíduo ter ou não o direito de decidir sobre a própria morte. O texto apresenta, em grande medida, dados estatísticos, desviando-se das polêmicas relacionadas à temática:

(5)

Suicídio cai no mundo, mas cresce até 24% entre adolescentes no Brasil

Suicídio entre meninos é até três vezes maior do que entre meninas. Enquanto os índices de suicídio caem em todo o mundo, a taxa entre adolescentes que vivem nas grandes cidades brasileiras aumentou 24% entre 2006 e 2015, informa pesquisa da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). O estudo, publicado na Revista Brasileira de Psiquiatria, indica que o suicídio é até três vezes maior entre jovens do sexo masculino. Os sete pesquisadores da Unifesp utilizaram dados do SUS (Sistema Único de Saúde), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (...) De acordo com o estudo, a taxa entre jovens entre 10 e 19 anos aumentou 24% nas seis maiores cidades brasileiras: Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto cresceu 13% no interior do país. O aumento contrasta com a evolução dos índices de suicídios no resto do mundo, que caíram 17% no mesmo período. "Estamos na contramão", avalia Elson Asevedo, um dos autores do estudo e psiquiatra da EPM (Escola Paulista de Medicina) da Unifesp. "Em 2013, a OMS (Organização Mundial de Saúde) definiu como imperativo global que seus signatários reduzissem essas taxas em até 10% até 2020." (...)

Por aqui, a cidade com maior taxa de suicídio é Belo Horizonte: 3,13 para cada 100 mil habitantes em 2015. É seguido por Porto Alegre (2,93), São Paulo (2,44), Rio de Janeiro (1,52), Recife (1,23) e Salvador (0,23). Na média, o aumento do índice foi de 24%, ao subir de 1,60 para 1,99 entre 2006 e 2015. Ao todo, 20.445 adolescentes tiraram a própria vida naquele ano.

- Meninos morrem mais [...]
- A internet mata?

Um dos novos riscos para o suicídio adolescente é o uso da internet. Mari afirma que "Facebook, WhatsApp e Instagram aumentam a exposição ao cyberbullying assim como o compartilhamento de comportamentos disfuncionais, como divulgação de métodos de suicídio e minimização dos perigos da anorexia.

Asevedo lembra casos como o jogo da baleia azul, uma fake news que fez sucesso em 2017 ao estimular comportamentos como automutilação e suicídio. "Quando fomos analisar as buscas no Google, notamos aumento nas pesquisas sobre como se matar. O efeito é muito maior que as campanhas de internet para prevenção ao suicídio."

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/04/27/suicidio-cai-no-mundo-mas-cresce-ate-24-entre-adolescentes-no-brasil.htm>

Vejamos, agora, os comentários dos internautas gerados a partir dessa reportagem:

(6)

COMENTÁRIOS

F. C. - Reportagem mal feita. Fala que suicídio diminuiu no mundo, mas aumentou 24% entre jovens no Brasil. Essa porcentagem foi nas maiores cidades, não no país. Muita coisa errada. Estagiários fazendo matérias polemicas.

Treze Por Cento - Consequencia de 16 anos do PT! Muita gente nao aguenta!

2tiofe8d7yh6 - A geração nutella não pode ver spoiler de filminho na net que já tem piti... Triste geração.

otiM8102 - Alo UNIFESP... tem alguma pesquisa dos hospitais e de quanto aumentou em mortes por falta de atendimento??? Qual o índice de aumento de pobreza por falta de investimento no básico para o ser humano viver com o mínimo de dignidade antes e depois da passagem do PT pelo comando do país??? Quando responderem a estas perguntas daremos credito em outro tipo de pesquisa.. por enquanto penso que deveriam caçar um lote pra carpir... seria mais produtivo. até mais.

P. AMW - São apenas os seguidores da seita do presidiário de Curitiba inconformados com a ratificação da pena no STJ.

LUTZCAR- Desemprego e desesperança provocado pelos 14 anos de petismo no comando e na desgraça do país.

A.B - Só faltou afirmar, que foi o Bolsonaro que causou os suicídios no brasil. Me poupe

Nesses comentários, podemos visualizar os atores que sustentam posições antagônicas:

Treze Por Cento diz: "Consequencia de 16 anos do PT! Muita gente nao aguenta!". P.AMW se posiciona da mesma forma: "São apenas os seguidores da seita do presidiário de Curitiba inconformados com a ratificação da pena no STJ", enquanto que outros se posicionam contrariamente a Treze por cento e a P. AMW.

Dessa forma, configura-se uma encenação na arena que é montada no espaço dos comentários das notícias. Os internautas polemizam questões sociais insolúveis, cada um com seu posicionamento, falando para um público fantasma. Temos, assim, o proponente, o

oponente, e um terceiro, a quem é dirigido o foco. Para Gelas (1980) a política é a questão que está no cerne da polêmica. Vemos isso na interação entre os internautas a partir de uma reportagem informando do alto índice de suicídio no Brasil.

Essa reportagem, diferentemente da charge do primeiro exemplo, não remete a nenhum gatilho que desemboque em uma polêmica ligada à política, no entanto os actantes e os atores sociais atualizam essa dicotomização e se manifestam de maneira polarizada. Por isso, para Plantin (2003, p. 387), “a polêmica pode, evidentemente, se desenvolver sobre a base de um assunto inicialmente privado, um conflito de locação, por exemplo, mas é necessário que esse conflito assuma contorno público pondo em causa grandes princípios e os grupos de defensores ligados a eles (identificados a esses princípios)”.

A terceira forma de fazer disparar a polêmica é geri-la dentro de um mesmo texto, já como ponto de partida para futuras interações. Seria o caso típico de “discurso polêmico”, ou monogerido, tratado por Amossy (2017). Apoiando-se em Kerbrat-Orecchioni, a autora afirma que o discurso polêmico se manifesta somente por uma das partes em presença. Ele é, por definição, dialógico, mas não dialogal. Exemplo disso é um artigo de opinião, que ataca um alvo sem que este retruque.

Considerações finais

A polêmica em si mesma só toma forma através de interações públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social. Ela pode ser encenada, pelo que observamos, até o momento, em pelo menos três atualizações distintas. Nas duas primeiras situações, a modalidade argumentativa polêmica só é disparada no diálogo entre textos diferentes, que reagem a outro.

Na primeira forma de engatilhar a polêmica, acontece de um texto tomar um posicionamento sem reproduzir o ponto de vista oposto, porque o próprio gênero, por sua vocação temática, sua regularidade composicional e seu estilo, não dá espaço para a contra-argumentação, como a charge aqui analisada.

Na segunda forma de atualizar a polêmica interdiscursiva, um texto-fonte nem ao menos menciona uma questão social geradora de conflito, mas os comentários aproveitam uma motivação temática qualquer e trazem à tona a controvérsia. No caso especificamente dos comentários analisados sobre a reportagem veiculada pela mídia internet, uma modalidade polêmica começa a ser encenada nesse espaço público. Nos comentários dos internautas, vemos claramente um proponente e um oponente polarizados na disputa por angariar apoio do terceiro.

No terceiro caso, a polêmica é gerada dentro de um texto, cujo locutor gerencia pontos de vista adversos, reproduzindo vozes intertextualmente e a seu modo, conforme a orientação argumentativa que deseje dar.

Referências

ADAM, J. M. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris, Nathan, 1999.

_____. Une approche textuelle de l'argumentation: "shéma", séquence et phrase périodique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. **L'argumentation aujourd'hui**. Paris: Presse Sorbonne Nouvelle, 2004.

_____. **Texto**: tipos e protótipos. Trad. De Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

_____. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.

_____. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do lógos nas ciências da linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011b. p. 1-14 (e-book).

_____. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

_____. La place de l'influence et de la persuasion dans l'analyse du discours. In: SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours – sa place dans la sciences du langage e de la communication**. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

_____. Introduction: la dimension argumentative du discours – enjeux théoriques et pratiques. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], n. 20, 2018b. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aad/2560>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

CHARAUDEAU, P. La maelstrom de l'interdiscours. In: SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours – sa place dans la sciences du langage e de la communication**. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

GRIZE, J.-B. **De la logique à l'argumentation**. Genebra, Droz, 1982.

_____. **Logique et langage**. Paris, Orphis, 1990.

_____. Logique naturelle et représentations sociales. In: 1ST INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS, Ravello, Italy, 1992. **Anais eletrônicos**, Ravello, Italy, 1992. Disponível em: <http://www.psr.jku.at/PSR1993/2_1993Grize.pdf>. 20 jun. 2019.

_____. **Logique naturelle et communications**, Paris, P.U.F., 1996.

MACEDO, P. S. A. de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

PINTO, R. **Como argumentar e persuadir** - Práticas: política, jurídica e jornalística. Lisboa: Quid Juris? - Sociedade Editora, 2010.

SOULAGES, J.-C. (Org.). **L'analyse de discours** – sa place dans la sciences du langage e de la communication. (Homage à Patrick Charaudeau). Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015.

VIDRIO, S.G. Argumentação e lógica natural: a proposta de Jean-Blaise Grize. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 135-146, jan./abr. 2017.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.